

RESENHA

A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E OS DESAFIOS TECNOLÓGICOS: ALTERNATIVAS PARA UMA ESTRUTURAÇÃO RESPONSIVA NA ERA DA GOVERNANÇA DIGITAL

Felipe de Oliveira Franco¹

Gabriel Henrique Monteiro Tavares²

Fábio de Oliveira Vargas³

QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional**. Campina Grande: Eduepb, 2013.

O artigo examina os desafios contemporâneos relacionados à proteção de dados pessoais no Brasil, destacando a influência da aceleração tecnológica na sociedade. Inspirado na crônica de Clarice Lispector, o autor explora a perda de controle sobre o tempo e a tomada de decisões conscientes devido à hiperexposição às informações, especialmente nas redes sociais. O avanço tecnológico no ambiente de trabalho e a virtualização da realidade são identificados como fatores contribuintes para a exaustão coletiva e a perda de sentido, desafiando conceitos tradicionais de sujeição e espaço.

A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) é destacada como uma resposta legislativa ao cenário, embora o autor enfatize a necessidade de uma atuação mais proativa do Estado na promoção de uma cultura de proteção de dados. A pesquisa proposta visa identificar fragilidades na atuação da ANPD, especialmente em relação à sua independência em relação ao governo central. O artigo conclui ressaltando a importância das contribuições teóricas da academia para orientar a atuação da ANPD em um contexto de rápida evolução tecnológica e divisão digital, especialmente para grupos mais vulneráveis.

Além disso, são exploradas as implicações sociais da letargia estatal na proteção de dados, destacando uma crescente divisão digital que marginaliza estratos populacionais vulneráveis. A expansão do acesso à internet evidencia a necessidade urgente de educação sobre os riscos digitais, especialmente entre as classes D e E. O texto destaca a importância de uma atuação mais proativa do Estado na promoção de uma cultura de proteção de dados, buscando mitigar as repercussões negativas da exclusão digital e garantir uma participação equitativa na era digital.

Ao abordar o estano na virada digital, o autor destaca os desafios impostos pelo avanço tecnológico à sociedade contemporânea, revelando uma aceleração do tempo e uma distorção do espaço que impactam diretamente as fronteiras entre o público e o privado. Exemplos de coleta indevida de dados, como o da Amazon, ressaltam a urgência de uma regulamentação eficaz. A exposição da fragilidade dos sistemas informatizados do Estado brasileiro evidencia a necessidade de medidas regulatórias claras para garantir a segurança e a privacidade dos cidadãos.

¹FRANCO, Felipe. Acadêmico do bacharelado de Sistemas de Informação do Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Juiz de Fora.

²TAVARES, Gabriel Henrique. Acadêmico do bacharelado de Sistemas de Informação do Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Juiz de Fora.

³VARGAS, Fabio. Acadêmico do bacharelado de Sistemas de Informação do Instituto Federal do Sudeste de MG – Campus Juiz de Fora.

O texto oferece uma reflexão crítica sobre a configuração atual da proteção de dados no Brasil, destacando a ausência de limites ao compartilhamento e à utilização de informações no setor público. Essa ausência levanta preocupações quanto à preservação dos direitos fundamentais e à manutenção do Estado Democrático de Direito. O autor destaca a crescente demanda por intervenções regulatórias, especialmente diante do cenário de virtualização da Justiça, sinalizando para a importância da atuação eficiente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) na adaptação do ordenamento jurídico às mudanças propiciadas pela Quarta Revolução Industrial.

A instituição da ANPD por meio da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um marco significativo para o Brasil, inserindo o país no cenário global de proteção à privacidade e segurança dos dados pessoais. A análise da evolução da ANPD destaca a importância de um equilíbrio dinâmico entre autonomia e responsabilidade para construir um arcabouço regulatório eficiente e alinhado com as demandas da sociedade contemporânea. A experiência internacional, especialmente com autoridades reguladoras em outros países latino-americanos, oferece insights valiosos para a estruturação da ANPD e a busca por conhecimento contínuo.

A ANPD assume uma posição distintiva no cenário jurídico brasileiro, desempenhando um papel crucial na definição de padrões mínimos de segurança para sistemas de informação. A distinção proposta por Doneda entre "autoridades reguladoras" e "autoridades de garantia" lança luz sobre a natureza da ANPD, cujo foco primordial é a proteção do indivíduo em suas diversas funções. A autonomia da ANPD em relação ao Poder Público é um ponto crucial em discussão, especialmente diante da proposta de "regulação responsiva", que busca equilibrar práticas premiais e a promoção de boas condutas.

A criação da ANPD representa um movimento significativo para alinhar o Brasil aos padrões internacionais de proteção de dados pessoais. No entanto, a comparação com experiências de outros países destaca desafios específicos, como a assimetria regulatória entre o setor público e privado. A autonomia da ANPD em relação ao Poder Público é um ponto crucial em discussão, especialmente diante da proposta de "regulação responsiva", que busca equilibrar práticas premiais e a promoção de boas condutas. A análise do primeiro ano de atuação da ANPD revela esforços para adaptar-se aos desafios do cenário de proteção de dados, incluindo mudanças estruturais importantes e iniciativas para capacitação de servidores.

Em síntese, o artigo oferece uma análise abrangente e crítica da proteção de dados pessoais no Brasil, conectando-a a desafios mais amplos de sociedade, democracia e tecnologia. A trajetória da ANPD, suas transformações e desafios futuros são cuidadosamente examinados, destacando a importância de uma atuação regulatória eficiente e alinhada com os princípios democráticos estabelecidos na Constituição.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: resumo, resenha e resenha: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2021.